

Intelectualidade e Perspectiva de Classe

Lisandro Braga*

“A crítica que se ocupa desse objeto é uma crítica empenhada num combate corpo a corpo e, nessa luta, não se trata de saber se o adversário é um adversário nobre, um adversário da vossa estirpe, um adversário interessante. Trata-se de feri-lo”.

Karl Marx.

Elementos para uma teoria marxista das classes sociais

De imediato a principal questão que nos apresenta é: Existe uma concepção de classes sociais na gigantesca produção teórica de Karl Marx? Sabemos que não há em toda a sua obra uma sistematização teórica pronta e acabada das classes sociais, nem nas sociedades pré-capitalistas, nem no capitalismo. O que há é um esboço teórico dessas e, no caso do capitalismo, uma teoria incompleta e com lacunas (VIANA, 2012). Então, de que maneira proceder para buscar uma concepção teórica das classes sociais na obra de Karl Marx?

Nessa busca trilharemos os árduos, porém necessários, caminhos apontados pela ilustrativa análise de Nildo Viana presente na obra *A teoria das classes sociais em Karl Marx* (2012), juntando as peças do quebra-cabeça e reconstruindo um esboço da teoria das classes sociais em Karl Marx¹ em todas as sociedades classistas analisadas por esse intelectual engajado. Isso significa dizer que

é necessário realizar uma leitura rigorosa das obras de Marx, focalizando aquelas em que desenvolveu mais a sua abordagem das classes e estando atento para as análises e complementos em outras obras, não perdendo de vista o processo de desenvolvimento das teses do autor, que não são estáticas, embora também não sejam a cada período radicalmente diferente umas das outras. Também é preciso estar atento ao período em que Marx viveu, os autores que o inspiraram, as problemáticas da época, as ideologias e concepções existentes, a coerência interna de seu discurso, a sociedade de sua época, entre outros elementos, visando entender o que ele quis dizer ao invés de atribuir a ele o que pensamos, como os maus intérpretes fazem. Assim, observar o contexto histórico, cultural e discursivo da obra é fundamental para evitar as deformações e interpretações equivocadas (VIANA, 2012, p. 08).

Sendo assim, será de extrema necessidade metodológica, como o próprio Marx apontava, e também o faz Viana, encontrar um fio condutor coerente e bem fundamentado que perceba as questões fundamentais expostas por Karl Marx em suas obras e que

* Professor de Teoria Política na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento/NEPALM.

¹ Para isso utilizaremos de diversas citações das obras de tais autores (Marx e Engels).

permita uma análise e interpretação/consciência correta da realidade, isto é, de sua teoria das classes sociais. Nesse sentido, faremos aquilo que Karl Korsch (2008) alertava para melhor compreender o pensamento de Marx e o próprio marxismo: aplica-lo a si mesmo.

A primeira abordagem teórica de Marx sobre as classes sociais foi realizada na obra *A Ideologia Alemã* (1984²) e, desse modo, é com essa obra que iniciaremos nosso percurso. Nessa obra, outros conceitos se apresentam como sendo de suma importância para responder à questão o que é uma classe social. Trata-se dos conceitos de divisão (social) do trabalho e modo de produção da vida. Segundo Marx,

as diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferentes de propriedade; ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que respeita ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (1984, p. 17).

Aqui é possível perceber a importância fundamental do conceito de divisão social do trabalho visto que este equivale a diferentes formas de propriedade determinando as relações entre os indivíduos no processo de produção. Seguindo o raciocínio de Marx percebe-se que o conceito de modo de produção da vida, também, é essencial (primeiro ato histórico), pois amplia a compreensão da relação existente entre divisão social do trabalho e classes sociais. Vejamos como ele coloca essa questão:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma *força produtiva*; e que a quantidade das forças acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e, portanto, a *história da humanidade* tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX & ENGELS, 1984, p. 32-33).

Apesar do conceito de modo de produção ainda não se encontrar completamente desenvolvido nessa obra, já é possível visualizar a importância do mesmo na compreensão de toda essa discussão, pois, este possui no seu interior um determinado modo de cooperação equivalente à determinada configuração da divisão social do trabalho, uma força produtiva. A análise de Marx demonstrará que divisão social do trabalho e propriedade são expressões idênticas, pois “[...] numa enuncia-se em relação à atividade o mesmo que na outra se enuncia relativamente ao produto da atividade [...]” (1984, p. 37). Precedendo essa citação encontra-se uma “uma das passagens mais

² A data aqui apresentada é a da tradução e publicação realizada pela Editora Centauro e não a data de publicação dos originais que compuseram a obra que é de 1845-1846.

importantes de toda a obra de Marx, que, curiosamente, caiu no esquecimento ou não foi devidamente considerada em sua importância” (VIANA, 2012, p. 26), pois ela aponta elementos importantíssimos na compreensão segundo a qual a divisão social do trabalho é essencial (a chave) para a compreensão do processo de exploração (de uma classe sobre outra):

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho alheia” (MARX & ENGELS, 1984, p. 36 e 37).

Com a divisão social do trabalho está dada a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo, em outras palavras, a contradição entre o interesse do proprietário e o interesse do não-proprietário. É exatamente por conta dessa contradição que o interesse comum “assume uma forma autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória [...]” (MARX & ENGELS, 1984, p. 37). Aqui, uma vez mais, Marx apresenta elementos que apontam para a conclusão segundo a qual é a divisão social do trabalho quem gera o antagonismo entre interesses sociais diversos, que coage a classe proprietária a se apropriar do poder político da sociedade através da regularização das relações sociais pelo Estado e esse, como não poderia deixar de ser, é composto, também por indivíduos interessados e que compõem outra classe social³ engendrada pela divisão social do trabalho.

A divisão social do trabalho constrange os indivíduos a exercerem atividades que não foram escolhidas por eles mesmos e, portanto, se apresenta como uma força estranha, opositora e sobrepujante que escapa ao próprio domínio do indivíduo. Portanto,

assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico crítico, e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência [...] Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto como força objetiva acima de nós que escapa ao nosso controle, contraria as nossas expectativas e aniquila os nossos cálculos, é um dos fatores principais no desenvolvimento histórico até os nossos dias (MARX & ENGELS, 1984, p. 39).

³ Sobre a burocracia como classe social Cf. (VIANA, 2012; MAIA, 2013).

A partir dessa passagem nossa compreensão começa a se ampliar, pois nela, mais do que nunca, está claro que é a divisão social do trabalho, a fixação do indivíduo em uma atividade que suscita o pertencimento de classe e esse ocasiona o conflito de interesses, inclusive, de interesses de classes antagônicas (VIANA, 2012). A expansão da divisão social do trabalho promove o surgimento das classes sociais e assim tende a continuar ocorrendo. No entanto, ainda nos resta responder o que Marx compreende como sendo uma classe social? O que é uma classe social na teoria marxista?

Segundo Marx (1984), a primeira e grande divisão social do trabalho (separação entre trabalho material e trabalho intelectual) foi promovida pela separação entre cidade e campo. Na primeira emerge a necessidade da administração, controle, repressão, cobrança de tributos, da organização municipal, em suma da política em geral.

Aqui se revelou primeiro a divisão da população em duas grandes classes, a qual assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão. O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada (MARX & ENGELS, 1984, p. 64).

Nessa obra, Marx já apresenta três condições para a constituição do pertencimento de classe e que nos permite extrair sua concepção de classe social: possuir os mesmos interesses (*interesse de classe*), condições de vida comuns (*condições de classes*) e travamento de uma luta comum com outras classes (*enfrentamento/oposição de classes*).

Aplicando estes elementos na compreensão da nascente burguesia como classe social, Marx apresenta de forma extremamente elucidativa sua concepção:

Os burgueses de todas as cidades eram obrigados, na Idade Média, a unir-se contra a nobreza rural para salvarem a pele; a expansão do comércio, o estabelecimento de comunicações, levou as diferentes cidades a conhecer outras cidades, as quais tinham afirmado os *mesmos interesses* na luta contra o *mesmo contrário*. Das muitas corporações locais de burgueses tornaram-se, ao mesmo tempo, pelo antagonismo contra as relações vigentes, e pelo tipo de trabalho por aquelas condicionado, condições que a todos eles eram *comuns* e independentes de cada um deles. Os burgueses tinham criado estas condições na medida em que haviam cortado com o vínculo feudal, e foram por elas criados na medida em que foram condicionados pelo seu antagonismo contra a feudalidade que já encontravam vigente. Com o estabelecimento da ligação entre as diferentes cidades, estas *condições comuns* desenvolveram-se e tornaram-se *condições de classe*. As *mesmas condições*, o *mesmo contrário*, os *mesmos interesses*, tinham também de dar origem, por toda a parte e dum modo geral, a *costumes iguais* [...] Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma *luta comum contra uma outra classe*; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de

vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal -, estão subsumidos na classe (MARX & ENGELS, 1984, p. 82-83).

Sendo assim, a concepção de classe social esboçada por Marx nessa obra aponta para a conclusão segundo a qual a constituição das classes sociais se dá a partir do momento em que determinados indivíduos possuem condições de vida comuns determinadas por um conjunto de atividades fixadas socialmente, que engendram interesses comuns e enfrentamentos a outra(s) classe(s) social(is) (VIANA, 2012; MAIA, 2013). Juntamente com essa conclusão, constata-se, também, que

o pertencimento de classe pressupõe condições de vida comuns, oposição e interesses também comuns. Assim, uma classe social significa que os indivíduos que a compõem possuem o mesmo modo de vida, já que suas condições de vida, oposição a outras classes, interesses, costumes e representações são compartilhados por todos os seus componentes. Daí se percebe que as classes sociais não são “construções arbitrárias” da mente humana e sim uma determinada relação social que é manifestação da vida de indivíduos reais. Também se percebe que o conceito de classes em Marx é relacional, uma classe só existe em relação com outras classes sociais, através da oposição e da luta. Esse modo de vida comum gera também costumes e representações semelhantes (VIANA, 2012, p. 30).

Antes de avançarmos na análise, crucial para os propósitos desse texto, sobre o que é uma perspectiva de classe, para logo depois apresentar a perspectiva da intelectualidade, gostaríamos de ressaltar um aspecto de extrema importância na compreensão de Karl Marx sobre as classes sociais e seu papel na conservação ou transformação radical de um modo de produção. Trata-se do papel de destaque no qual o proletariado assume no modo de produção capitalista. Nessa obra, ele resgata alguns elementos que já estavam presentes na *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*, isto é, a de que o proletariado é o agente da transformação social e emancipação humana geral:

Para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral. Uma esfera social particular terá de surgir como o crime notório de toda a sociedade, a fim de que a emancipação de semelhante esfera surja como uma emancipação geral. Para que uma classe seja classe libertadora par excellence, é necessário que outra classe se revele abertamente como a classe opressora (MARX, 2008, p. 18).

Em que classe social e porque razões se encontraria então a potencialidade da emancipação? Marx responde:

Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua carácter universal porque os seus sofrimentos são universais, e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não se pode emancipar a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em suma, a perda total do homem, portanto, só pode redimir-se a si mesma mediante uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2008, p. 20).

A tese segundo a qual a emancipação do proletariado representa a emancipação de toda a sociedade foi inicialmente esboçada na introdução dessa obra, mas também aparece em diversas outras como, por exemplo, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) que assim a expressava:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2004, p. 88-89).

A constatação expressa na tese apresentada nas duas últimas citações é de extrema importância para os propósitos desse texto, pois para que determinados intelectuais rompam com sua pertença de classe e possam expressar a perspectiva teórica revolucionária deve, necessariamente, partir da perspectiva da classe que é potencialmente revolucionária na sua práxis histórica, ou seja, deve partir da perspectiva do proletariado, da perspectiva segundo a qual sua libertação equivale a libertação de todas as outras classes sociais. Mais adiante retomaremos a essa questão primordial na teoria marxista das classes sociais. A partir de agora nos remeteremos a outra obra de Marx para melhor apreender seu esboço de uma teoria das classes sociais, todavia nos concentraremos na sua análise sobre as classes sociais no capitalismo, o modo de produção no qual emerge a intelectualidade.

As classes sociais no capitalismo

É comum nos depararmos com a absurda afirmação segundo a qual Marx só visualizava a existência de duas classes sociais nos modos de produção históricos. Tal absurdo se deve à existência de milhares de mal-leitores e, até mesmo, não-leitores de Marx dispostos a se posicionarem como aqueles que sabem realmente o que ele “disse ou não disse” e não, pelo contrário, interpretar e analisar de forma aprofundada a imensa

análise realizada por esse autor. Nesse verdadeiro processo de simplificação e cristalização ideológica se “passa por cima de inúmeros textos, inúmeras afirmações, passa por cima da complexidade e até sobre a autoridade do próprio autor (onde os textos deixam de ter validade para fundamentar a interpretação)” (VIANA, 2012, p. 38). Em diversas obras, Marx apresenta uma grande quantidade de distintas classes sociais tanto no período pré-capitalista, quanto no próprio capitalismo, porém, para mal-leitores e não-leitores, identificar isso é um trabalho quase impossível, quando não evitado propositalmente. Uma simplificação que, no mundo da inversão, se torna uma arma contra uma suposta análise simplificadora.

A título de exemplificação que contraria tais análises, nos contentaremos em apresentar brevemente diversas outras classes sociais, além das classes fundamentais, tão-somente na obra *O capital* de 1867⁴. Conforme já havia constatado Marx, a história da humanidade é a história da luta de classes, tal constatação foi mencionada em obras anteriores a *O capital*, contudo, é nessa obra que ele dedica uma análise pormenorizada sobre o processo de exploração de uma classe social sobre outra no capitalismo, sobre a luta de classes entre suas classes fundamentais (burguesia e proletariado), suas implicações na formação de outras classes (por exemplo, o lumpemproletariado), suas tendências e contra tendências, suas possibilidades, tal como a da construção concreta do comunismo etc. Em linhas gerais, é a partir dessa obra que se torna possível a visualização do seu esboço de uma teoria das classes sociais no capitalismo.

No primeiro e único prefácio de *O capital* escrito por Marx, em Londres, no dia 25 de julho de 1867, e equivalente à primeira edição dessa obra, é possível extrairmos alguns elementos importantíssimos, todavia não suficiente, para seguirmos juntando as peças do quebra-cabeça. Nesse, Marx assim se expressava:

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (1985, p. 13).

Aqui, conforme já nos alerta Maia em sua obra *As classes sociais em O capital* (2011), é possível apreendermos algumas questões importantíssimas, quais sejam: toda

⁴ Para constatar a existência de diversas classes sociais na obra de Karl Marx Cf. (MARX, 1985; MARX, 2007; MARX, 1997; MARX, 2008; MARX & ENGELS, 1998; MARX & ENGELS, 1984; VIANA, 2012).

pessoa/indivíduo anuncia determinadas categorias econômicas, expressam relações de classe específicas logo, portam determinados interesses. E mais, tal pessoa se encontra envolvida em relações de classe, quer queira quer não, sendo condicionada socialmente pelas mesmas, quer tenha ou não consciência disso, e não pode ser compreendida fora da totalidade dessas relações sociais. Buscaremos, a partir dessas constatações, apreender algumas das classes sociais apresentadas em *O capital* (1985).

Sendo leal à própria tese segundo a qual é na produção material da vida (determinação fundamental) que devem ser buscadas as múltiplas determinações das diversas relações sociais existentes em uma dada sociedade é que Marx terá como ponto de partida nessa obra a análise da produção capitalista de mercadorias, ou seja, das relações sociais envolvidas no processo de produção de mais-valor. Aquela força estranha impetuosa que escapa ao controle dos produtores e que é utilizada objetivamente pela classe proprietária dos meios de produção. Por conseguinte, é sobre a *relação-capital* que iniciaremos nossa análise sobre as classes no capitalismo. Porém, não realizaremos aqui uma análise detalhada sobre as classes fundamentais⁵ no capitalismo, pois esta tarefa já foi laborada em outro momento⁶, mas apenas apresentaremos seus traços gerais.

Toda e qualquer sociedade deve, para continuar existindo, produzir suas condições materiais de existência e, no caso da sociedade capitalista, essa é garantida através da produção de mercadorias que possuem valor de uso e de troca. Essa atividade produtiva equivale ao fundamento (base, alicerce) da divisão social do trabalho dessa sociedade. Portanto, a produção de mercadorias é realizada através das relações sociais de produção estabelecidas entre as classes sociais diretamente envolvidas nessa atividade fundamental, isto é, entre a classe produtora e a classe não-produtora e expropriadora. Em outras palavras, entre o proletariado e a burguesia.

⁵Nossa compreensão do que vem a serem as classes fundamentais de um modo de produção (feudal, capitalista etc.) se fundamenta na definição segundo a qual “as classes sociais fundamentais são aquelas que são constituídas pelo modo de produção dominante, tal como Marx deixou claro em várias passagens. Outras classes sociais são aquelas ligadas às demais relações de produção ou às relações de produção anteriores. Estes casos manifestam determinada divisão social do trabalho, na qual as atividades produtivas e de apropriação estão presentes e distinguem as classes sociais. Porém, isto não esgota a divisão social do trabalho. Esta se estende para outras relações sociais, promovendo atividades específicas voltadas para a reprodução das relações de produção. Sendo assim, as demais classes são derivadas das relações de produção e se incluem no que Marx denominou “superestrutura”, tal como o Estado, as formas “ideológicas”, etc. formando as classes sociais improdutivas. Marx desenvolve isso de forma mais profunda no caso do capitalismo, mas faz algumas breves referências a outros modos de produção onde existiriam tais classes. No caso do capitalismo, as referências são mais abundantes. Porém, resta saber o que determina a existência dessas classes, já que não formam uma única classe social. Isto vai depender de sua relação com o modo de produção dominante” (VIANA 2012, p. 67-68).

⁶ Cf. (BRAGA, 2013).

Sendo assim, compreender o processo de produção de mercadorias equivale a buscar compreender quem são e como se relacionam as classes sociais fundamentais dessa divisão social do trabalho capitalista. Para isso precisamos esclarecer a singularidade da produção de mercadorias no capitalismo, isto é, ser produtora de mais-valor. Mas, antes mesmo de compreendermos o que é o mais-valor, precisamos, primeiramente, questionar: O que determina o valor de uma mercadoria? Responder a essa questão foi um dos propósitos fundamentais do desenvolvimento da obra *O Capital* (1867) de Karl Marx. Para esse autor, a resposta a essa questão passa, necessariamente, pela constatação segundo a qual toda mercadoria é produto do trabalho humano e que o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção possui relação direta com a determinação do seu valor.

A mercadoria possui valor de uso e valor de troca. Como valor de uso ela se caracteriza por ter utilidade, por servir para determinadas finalidades e como valor de troca ela equivale a produto destinado a ser comercializado no mercado, trocado por dinheiro. Como valor de troca toda mercadoria expressa seu conteúdo que a distingue de outras mercadorias. Portanto,

no processo de troca, uma mercadoria possui um valor equivalente ao de outras mercadorias. Uma casa pode valer 03 carros, 50 bicicletas, e assim por diante. Isto quer dizer que 50 bicicletas vale o mesmo que 01 casa e 03 carros e 03 carros valem 50 bicicletas e 01 casa. O que se deduz daí é que essas três mercadorias diferentes expressam algo que é igual. Há algo comum e da mesma grandeza entre as três mercadorias e não é o valor de uso, pois são mercadorias bem diferentes uma da outra, com utilidades distintas. O que existe em comum entre estas três coisas é uma terceira coisa, que não é o valor de uso e nem o valor de troca. Como valores de uso, são objetos diferentes, com diferentes utilidades, o que significa que são diferenças qualitativas. Como valores de troca, possuem – enquanto unidade – valores diferentes, que é uma diferença quantitativa. Essa terceira coisa é o trabalho humano. As mercadorias são produtos do trabalho humano e essa é sua “propriedade comum” (Marx, 1988c) [...] (VIANA, 2012, p. 98-99).

Nessa trajetória, verifica-se que o que existe de comum em todas as mercadorias é que as mesmas contem determinada quantia de trabalho humano materializado, calculado em tempo de trabalho gasto na sua produção e que define seu valor de troca. Contudo, não se trata aqui de tempo de “trabalho concreto” despendido por trabalhadores individualmente, mas sim tempo de “trabalho abstrato”, isto é, trabalho social médio, pois,

o trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal

como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho humano geral. Essa abstração do trabalho humano geral existe no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro etc. É trabalho simples, ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou de outra forma. O caráter desse trabalho médio é, ele próprio, diferente em diferentes países e épocas culturais, contudo aparece como dado em uma determinada sociedade (MARX, 1982, p. 33).

Dessa maneira, todas as mercadorias possuem em comum o fato de conterem em seu valor acréscimo de mais-valor materializado pelo tempo de trabalho dispendido na sua produção. No entanto, tal acréscimo de valor não é perceptível na aparência da mercadoria, mas sim na sua essência que consiste em ser expressão de trabalho social e que só se realiza e se revela na relação social entre mercadorias. O valor de uma mercadoria, conseqüentemente, é determinado pelo quantum de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la (MARX, 1985; VIANA, 2012). Resta agora sabermos de que jeito o trabalho acrescenta mais-valor à mercadoria. Na tentativa de respondermos a essa questão é que nos deparamos com a forma como as classes fundamentais do capitalismo se relacionam. Vejamos.

Ao longo do processo produtivo de mercadorias os custos gerados pela aquisição de matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc. (trabalho morto) devem ser repassados visto que o propósito essencial dessa produção é o lucro. No entanto, tais elementos constituintes do trabalho morto não geram valor, pois somente o trabalho vivo, a força de trabalho (mercadoria) é que, no ato do seu consumo, materializa o mais-valor, isto é acrescenta mais-valor no processo produtivo. Aqui consiste a singularidade do modo de produção capitalista de mercadorias. Nesse, o valor da força de trabalho também é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua (re) produção e manutenção, ou seja, na garantia dos meios de sobrevivência necessários para a reprodução do indivíduo e da sua força de trabalho. Todavia, a burguesia não está interessada em uma produção que apenas repasse os custos do trabalho morto e gere o necessário para o pagamento de salários, pois dessa forma não há produção de capital, seu desígnio fundamental. A classe burguesa só se interessa nessa reprodução da força de trabalho porque nessa contém o segredo da produção capitalista: ser mercadoria que ao ser consumida acrescenta mais-valor na produção. Logo, o processo de produção capitalista de mercadorias equivale a um processo de expropriação de horas de trabalho não remunerada, pois o montante do tempo de trabalho que não o utilizado para tais repasses consiste em tempo para a produção de mais-valor (exploração do trabalho).

Por ser marcado necessariamente pela exploração do trabalho e por conta das contradições derivadas da própria acumulação (concentração/centralização de capital, concorrência entre capitais, ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, tendência decrescente da taxa de lucro, maior disputa em torno do tempo de trabalho entre burguesia e proletariado etc.)⁷ é que a produção capitalista é marcada pela luta de classes entre suas classes fundamentais. Das necessidades derivadas de todo esse processo (maior controle do proletariado, gerência e administração burocrática da fábrica etc.) e da própria dinâmica da luta de classes (a questão do desemprego e do lumpemproletariado, por exemplo) tende, de forma crescente, a gerar novas classes sociais. É nessa conjunção que surge a classe social que é objeto central desse trabalho e que a partir de agora concentraremos nossa atenção sobre: a intelectualidade.

A intelectualidade como classe social

O que é a intelectualidade? Que relações ela possui com a classe dominante e com outras classes auxiliares da sociedade capitalista? Há distinção entre o indivíduo intelectual e a intelectualidade como classe social? De que forma a transformação social é encarada pela intelectualidade no seu principal espaço de atuação, isto é, na universidade? Buscando respostas para essas interrogações é que seguiremos desenvolvendo nossa reflexão.

Além das classes sociais fundamentais que se solidificam com a consolidação do capitalismo, esse modo de produção da vida, assim como outros modos de produção classistas, possui diversas outras classes sociais. A própria obra de Karl Marx é reveladora dessa diversidade de classes. Nessa podemos encontrar: camponeses, artesãos, pequenos comerciantes (lojistas), pequena burguesia, rentistas etc. (classes proprietárias não capitalistas); burocracia estatal e civil empresarial, comerciários, os trabalhadores dos serviços, os trabalhadores domésticos e o lumpemproletariado (classes improdutivas). E os intelectuais em que classe aparecem na obra de Marx?

Diversas classes sociais que hoje se apresentam consolidadas na sociedade capitalista, não se encontravam da mesma forma no século XIX, pois nesse, elas ainda eram bastante incipientes e por isso não receberam grande atenção por parte de alguns escritores, literários, filósofos, economistas ou outras denominações que os indivíduos

⁷ Para uma melhor compreensão da dinâmica da produção capitalista de mercadorias, suas tendências e contra tendências, contradições, possibilidades etc. conferir a totalidade da obra *O capital* de Karl Marx.

que compunham a intelectualidade receberam na época. A inexistência mesmo de um conceito que expressasse a totalidade desses indivíduos que dedicavam ao trabalho intelectual revela a incipiência dessa classe nesse século. Esse é o caso não só da intelectualidade, mas também da burocracia como classe social (as classes das formas de regularização das relações sociais⁸).

Marx não chegou a sistematizar uma análise sobre a intelectualidade como classe social, no entanto, é possível abstrair de diversas passagens da sua obra sua compreensão sobre os indivíduos que se dedicavam ao trabalho intelectual e, deste modo, compunham a embrionária intelectualidade como classe social e o seu papel em uma sociedade classista, isto é, auxiliar a burguesia no processo de dominação. Mas de que forma essa classe promove tal auxílio? Segundo Marx e Engels,

os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras, uma consciência e pensam em consequência. Enquanto dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua amplitude, obviamente esses indivíduos dominam em toda a extensão da sua classe, dominam, como seres pensantes, como produtores de ideias e, regulamentam a produção e distribuição das ideias de sua época. As suas são, pois, as ideias dominantes da época a que pertencem. Tomemos para exemplo um tempo e um país, onde a realeza, a aristocracia e a burguesia disputam umas às outras o poder e onde este é, por conseguinte, partilhado. Acontece que, neste caso, o pensamento dominante é a doutrina da divisão dos poderes que, então, surge enunciada como uma “lei eterna”. Voltamos a encontrar aqui a divisão do trabalho de que já tínhamos falado como uma das forças fundamentais da história. Manifesta-se também na classe dominante em termos de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de modo que encontramos duas categorias de indivíduos no interior dessa mesma classe. Uns são os pensadores dessa classe, os ideólogos ativos, capazes de se elevarem à teoria, que tiram a substância principal das ilusões que essa classe elabora sobre si própria, enquanto os outros têm uma atitude mais passiva e mais receptiva diante desses pensamentos e essas ilusões, porque são os membros realmente ativos dessa classe e têm menos tempo para se dedicarem a ilusões e ideias acerca de si próprios [...] Suponhamos que nos limitamos ao fato de que estas ou aquelas ideias dominaram numa dada época, sem nos preocuparmos com as condições da produção, nem com os produtores dessas ideias, abstraindo, portanto, os indivíduos, e as circunstâncias mundiais que estão na base dessas ideias. Seremos levados, então, a dizer, por exemplo, que, no tempo em que a aristocracia dominava, era o reino dos conceitos de honra, de fidelidade etc., e que, no tempo em que a burguesia detinha o poder, era o reino dos conceitos de liberdade, igualdade, etc. É o que imagina a própria classe dominante no seu conjunto. Essa concepção da história, comum a todos os historiadores, muito especialmente desde o século XVIII, colidirá necessariamente com esse

⁸ Para Maia, “de um ponto de vista teórico, pode-se afirmar que uma sociedade é a unidade entre modo de produção e formas de regularização. O modo de produção é o conjunto de relações que materializam determinado tipo de produzir os bens materiais necessários a uma dada sociedade. Um determinado modo de produção geralmente convive com outros, por isto é lícito falar em um modo de produção dominante e modos de produção subordinados. Por exemplo, no seio da sociedade capitalista, há a existência de modos de produção subordinados, tal como o modo de produção camponês, que é uma forma não-capitalista de produção que convive de forma subordinada às relações capitalistas propriamente ditas. As formas de regularização são o Estado, a cultura, as ideologias, os valores etc. que, como indica o próprio conceito, regularizam as relações de produção” (2013, p. 33).

fenômeno: todos os pensamentos reinantes são cada vez mais abstratos, isto é, mascaram-se cada vez mais com a forma da universalidade. Com efeito, cada nova classe, que toma o lugar da que dominava antes, é obrigada, até unicamente para atingir os seus fins, a apresentar os seus interesses como se representassem o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias, essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a apresenta-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos válidos universalmente (1979, p. 10-11).

Nessa passagem é possível abstrair o papel dos intelectuais (ideólogos) em uma sociedade de classe, qual seja auxiliar a classe dominante construindo ideias que legitimem a sociedade vigente (fundamentada na exploração da burguesia sob o proletariado), que naturalize as relações sociais dominantes, que as apresentam como as únicas relações sociais possíveis, que relativiza a realidade concreta obstaculizando a compreensão correta da mesma, que apresenta explicações abstratas sobre o concreto etc. E desse modo, as relações concretas estabelecidas entre as classes fundamentais dessa sociedade, assim como das demais classes auxiliares e exploradas, são ofuscadas pela ideologia (falsa consciência sistematizada) produzida pela intelectualidade. A constatação desse papel está presente em diversas outras obras de Marx (e Engels em alguns casos). Basta, para exemplificar mais uma vez, se atentar a análise contida no volume I de *O capital* sobre o papel dos economistas (também pertencentes à intelectualidade) vulgares, apologéticos e sicofantas do capital, cujo objetivo primordial era o de legitimar as relações de produção capitalistas e não revelar a realidade da exploração contida nas mesmas (MARX, 1985; VIANA, 2007).

Entretanto, é visível que nessa mesma passagem existem algumas ambiguidades, inconsistências e, até, mesmo senectudes⁹ na concepção de classe social, especificamente, em relação à classe dos intelectuais (e outras classes também). A mais visível delas é a de encarar a intelectualidade como parte da própria classe burguesa. Mas para nós tais ambiguidades se devem ao fato de que a intelectualidade como classe social ainda não havia se consolidado e seu desenvolvimento não se apresentava de forma nítida na primeira metade do século XIX. Sendo assim, está

claro que, a classe intelectual (incluindo artistas, cientistas, etc.) ainda é muito incipiente nesse momento. É uma classe em formação, cuja quantidade, autonomia, posição política, auto-imagem, ainda é pouco perceptível. O seu assalariamento como classe social improdutiva ocorrerá de forma mais consolidada a partir da segunda metade do século 19, ou seja, no regime de

⁹ As inconsistências na obra de Marx referem-se aos aspectos que não foram suficientemente desenvolvidos, ficaram incompletos ou apresentaram uma resposta não satisfatória. As senectudes correspondem aos elementos que só foram surgir e se desenvolver no período após a produção teórica de Marx e, portanto, não poderiam ser contemplados, nem tampouco desenvolvidos devidamente em sua concepção de classe social. Para melhor compreensão dessa discussão Cf. (VIANA, 2012).

acumulação intensivo e por isso não se poderia solicitar de Marx uma análise dela no período em que produziu suas obras (VIANA, 2012, p. 257).

A intelectualidade não nasce imediatamente com a emergência do capitalismo, mas sim com o passar do tempo, com o desenvolvimento e consolidação desse modo de produção. Somente a burguesia e o proletariado surgem no momento imediato ao surgimento do capitalismo, pois são suas classes fundadoras. O período de transição do feudalismo para o capitalismo, em linhas gerais entre os séculos XV e XVIII na Europa, foi marcado por um progressivo processo de enfraquecimento das instituições feudais e por um progressivo processo de crescimento/fortalecimento das instituições tipicamente capitalistas. Tal transição foi caracterizada, dentre outras coisas, por uma maior promoção da divisão social do trabalho, responsável por possibilitar a emergência de trabalhadores especialistas, tal como aqueles que passaram a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual.

É no século XIX que emerge a intelectualidade, juntamente com o aparecimento das instituições burguesas (organizações burocráticas), tal como a universidade, que passa a se constituir como locus privilegiado de formação e reprodução dessa classe social. Portanto, a intelectualidade começa a se constituir como classe a partir do momento em que um conjunto de indivíduos passa a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual especializado, se submetendo a um conjunto de regras disciplinadoras e modeladoras dessa importante força de trabalho, assim como produzindo um conjunto de ideologias (no sentido marxista do termo) legitimadora da sociedade capitalista, de suas instituições e suas relações sociais. Para Viana,

os intelectuais são produtos das universidades e ao mesmo tempo são os responsáveis por sua reprodução. Parte dos intelectuais formados nas universidades acabam sendo absorvidos por ela mesma recebendo o papel de formação de outros intelectuais. Como força de trabalho, não apenas adquire um determinado saber, cujo grau e qualidade variam, bem como uso posterior, e é constringido ao regime disciplinar que é uma preparação para a sua adequação ao seu lugar na divisão social do trabalho. Nesse sentido, há um processo de preparação dos indivíduos, sua ressocialização, para reproduzir a sociedade capitalista e seu lugar na mesma, através da violência disciplinar e cultural imposta pela universidade. Além da formação de uma força de trabalho especializada, a universidade tem o papel de produzir um saber legitimador da sociedade capitalista e de suas relações e instituições. A produção e, principalmente, reprodução de ideologias, saberes técnicos, valores, visa adequar os indivíduos à sociedade e à divisão social do trabalho produzido por ela (2013, p. 62).

Conforme foi dito no início desse artigo, para que exista uma classe social, o conjunto dos indivíduos que a compõe deve possuir um modo de vida comum, interesses comuns e oposição/enfrentamento comum a outras classes. Deste modo, para que a

intelectualidade se constitua como uma classe, a existência dessas três características é essencial, sua precondição. É a partir de sua atividade, de seu trabalho assalariado improdutivo, que essa classe social adquire um modo de vida comum a todos os seus componentes e que é definido pela divisão social do trabalho gerada a partir do modo de produção capitalista dominante. Em sua atividade a intelectualidade cria uma série de costumes, valores e representações comuns (VIANA, 2012).

Em sua obra *Sociologia dos Intelectuais* (2005), Leclerc demonstra de que forma a atividade intelectual acaba por constituir um modo de vida dessa classe social. Para ele,

o intelectual manipula [produz, consome, reproduz, distribui] ideias, sejam elas literárias ou científicas, culturais ou ideológicas. Ora, o trabalho com e sobre as ideias implica uma forma de sociabilidade específica, que nem sempre se encontra, nem unicamente, seu lugar de exercício único na universidade, nos escritórios editoriais, nos laboratórios ou nas salas de redação [...] as redes intelectuais supõe uma socialidade (ou sociabilidade) e marcadores de identidade que são a antítese da fábrica e do escritório. Existem lugares privados e públicos que são não somente o foco de elaboração dessa sociabilidade, mas o espaço de produção real das ideias, na medida em que elas são tanto um bem coletivo como individual. Esses lugares foram, ao longo do século XIX, os salões, às vezes os clubes. Hoje são mais os colóquios e encontros [...] Uma das atividades principais dos *labos* (fundações de pesquisa) consiste na organização, no patrocínio, na gestão de seminários e colóquios sempre mais numerosos (2004, p. 71-72).

A atividade da intelectualidade, devido ao papel que ela ocupa na divisão social do trabalho, produz um modo de vida que lhe é comum, típico daqueles que a exercem cotidianamente. Esse modo de vida coage ao cumprimento de certas regras e normas burocráticas específicas, gera necessidades próprias, se organiza de forma corporativista, estabelece ligação com outras instituições, tais como editoras, centros de pesquisa e financiamento de pesquisas, em muitos casos estabelece vínculos com sindicatos, partidos políticos e com o próprio Estado. Essas ligações aliadas às necessidades da intelectualidade acabam por padronizar um modo de vida, um conjunto de valores e representações típicas dos indivíduos que ocupam essa função na sociedade. E para galgar os degraus superiores desses espaços de sociabilidade intelectual uma postura política moderada, conservadora e reacionária é uma exigência incondicional. (VIANA, 2012).

Os interesses de classe são constituídos através das relações sociais que a intelectualidade estabelece na sociedade capitalista, pelo modo de vida dessa classe, pelos valores que tal modo de vida constitui, pelo reconhecimento e status social, pela posse de bens que podem acessar e consumir etc. Tudo isso está relacionado com a renda que essa classe social adquire. Desse modo, cabe então questionar de onde vem a renda da

intelectualidade na sociedade capitalista? Segundo uma interpretação marxista, podemos afirmar que

no capitalismo, os intelectuais são trabalhadores assalariados improdutivos, no sentido marxista do termo, isto é, trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário mas não produzem mais-valor. Os salários dos intelectuais são muito maiores do que dos trabalhadores produtivos (proletários) e de outros setores da sociedade. A definição do salário dos intelectuais está ligada, por um lado, ao custo de reprodução desta força de trabalho específica e, por outro, às suas ligações com o Estado capitalista e demais instituições da sociedade burguesa, isto é, por sua utilidade para os interesses da classe dominante. É claro que juntamente com isto está o poder de pressão dos intelectuais, isto é, a luta de classes, bem como a hierarquia no interior desta classe social, já que no capitalismo a complexificação da divisão social do trabalho cria inúmeras subdivisões no interior das classes sociais. A função dos intelectuais é produzir e/ou reproduzir determinados saberes que são de interesse daqueles que detém o poder (VIANA, 2006, p. 01).

Vimos então que a intelectualidade como classe social serve aos interesses da burguesia e a auxilia no processo de dominação, no entanto, isso não quer dizer que todos os intelectuais são, por excelência, conservadores, pois alguns indivíduos podem romper com sua pertença de classe e se posicionar a partir dos interesses de outras classes sociais. Esse é o caso, por exemplo, dos intelectuais marxistas (autênticos).

Conforme salienta Viana (2006), todo indivíduo possui uma autonomia relativa em relação à classe social que pertence e por isso alguns podem romper com os valores e perspectivas da sua classe. Isso pode ocorrer devido a inúmeros fatores, como por exemplo, a vivência de uma experiência anterior à pertença da intelectualidade, pois nem todos intelectuais nascem nessa classe social, visto que alguns antes de ingressarem na universidade (local de produção e reprodução da intelectualidade) pertenceram a outras classes sociais exploradas e, ao entrar em contato com o pensamento complexo (teoria sistematizada), obtém maior consciência da sua antiga condição de explorado e passa a utilizar dessa consciência para travar uma luta cultural¹⁰ contra a classe dominante e suas classes auxiliares. Inúmeros outros fatores podem gerar o rompimento do indivíduo intelectual com a intelectualidade. No entanto, as condições materiais são mais favoráveis para a geração de uma identidade no indivíduo para com sua atual pertença de classe, porém essa não é uma lei absoluta. Se assim fosse, nem sequer a produção desse ensaio seria possível.

A universidade é fruto do desenvolvimento do capitalismo que a partir do século XIX expandiu a divisão social do trabalho, da técnica, do saber especializado e da

¹⁰ Para mais detalhes sobre a relação entre os intelectuais e a luta cultural Cf. (MARQUES, 2013).

burocratização institucional. Isso acabou por promover uma aceleração do processo de racionalização da sociedade capitalista através da universalização do saber. Consequentemente, a universidade adquiriu um papel de suma importância, tendo como propósito principal garantir a expansão e reprodução das relações de produção capitalistas. Percebe-se então que a universidade nasce como instituição a serviço do capital e, desse modo, permanece até os dias atuais. Para garantir esse propósito a universidade conta com outra classe auxiliar da burguesia: a burocracia (estatal e universitária) (TRAGTENBERG, 2004; VIANA, 2013; MAIA, 2013). Conforme afirma Viana,

as universidades são organizações burocráticas que exercem um poder e esse processo possui agentes reais, concretos. Obviamente que as universidades estatais estão submetidas ao aparato burocrático estatal e as universidades privadas ao capital educacional, embora haja o controle indireto da legislação, financiamento, etc. A burocracia universitária regulariza as relações internas através da disciplina, ordem, regimentos, saberes autolegitimadores, etc. O Estado capitalista, via suas ações diretas, ou seja, da burocracia estatal, ou indiretas, as da burocracia universitária, impõe a produção da força de trabalho especializada e disciplinada cuja ação será contribuir com o desenvolvimento tecnológico capitalista, a manutenção do controle social, produção de saber (técnico, ideológico útil para o capital, legitimador das relações sociais existentes e ideologias conservadoras e pseudocríticas. Os processos de ensino e sua dinâmica através dos currículos, grades curriculares, estão voltados para a formação dos especialistas disciplinados a serviço do capital, com raras e pontuais exceções (2013, p. 62-63).

A burocracia universitária (assim como outras frações da burocracia) é caracterizada por um modo de vida assinalado por seu papel dirigente e controlador, porém tal papel é realizado numa situação de subordinação e dependência salarial da burguesia e, por isso, sua razão de ser é auxiliar a classe dominante (VIANA, 2012; MAIA, 2013). Com esse intuito é que nascem as instituições burguesas, tal como a universidade que

não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, na qual as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais (TRAGTENBERG, 2004, p.12).

Toda instituição tipicamente burguesa, isto é, organizada de forma burocrática, é marcada pela hierarquia dos cargos, funções de controle, tratamento (im)peçoal e categórico para com o público, assim como pela relação dirigentes/dirigidos que tende a reproduzir as relações de poder próprias da sociedade capitalista e naturaliza-las, encarando-as de forma fetichizada, como sendo inevitáveis e extremamente necessárias (só não revelam para que finalidade e para quem).

No caso da universidade, isso é mais perceptível no que se refere à relação estabelecida entre o intelectual/professor e o aluno, pois essa é marcada por características típicas da sociabilidade capitalista, tais como o predomínio da autoridade do primeiro e seu abuso sobre o segundo, pelo controle, opressão e submissão dos alunos na forma de chamadas (ausência/presença na sala de aula) e sistema de exames/avaliações, na falta de uma participação significativa dos alunos nas instâncias de deliberações, bem como na construção de conteúdos a serem ministrados etc. Em suma, pelo predomínio de uma heterogestão intelectual. Juntamente com isso, outras relações sociais próprias dessa instituição revelam os interesses e perspectivas da intelectualidade. Uma que merece destaque é a da recepção e tratamento, por parte da intelectualidade, dos alunos que desenvolvem de forma autônoma um conhecimento crítico/contestador e os manifesta em sala de aula, muitas vezes contestando o professor-intelectual e seus “ídolos”. Não é difícil encontrarmos no interior da universidade alunos que sofrem com perseguições, injustiças, calúnias e assédio moral por parte dos indivíduos pertencentes a essa classe, pois esses, com todo o culto à autoridade dominante na universidade, não costuma aceitar intervenções, críticas, questionamentos concretos etc.

O bom aluno, geralmente, é o aluno submisso e capacho que tudo aceita e segue. Esse é o típico aluno que não costuma ter grandes problemas nos sistemas de exames, na seleção de bolsas de estudos, em seleções para ingresso na pós-graduação etc. Já o “péssimo” aluno, o crítico/contestador, recebe o oposto desse tratamento. Claro que o predomínio dessas relações gera também o aluno interessado, aquele que em nome de interesses privados segue reproduzindo a “cartilha da dominação”, submetendo-se, cooptando-se e reproduzindo as práticas e discursos dominantes no espaço universitário. O máximo que esse almeja é subir nos degraus da carreira intelectual e se tornar o novo reproduzidor de tais opressões. Na universidade, nem sempre, ou quase nunca, a qualidade do aluno é medida pela qualidade do argumento, pela capacidade de raciocínio e coerência no debate, mas sim pelas relações de submissão, capacidade de compactuar com o opressor, favores pessoais e outras práticas medíocres¹¹, tais como a de determinada intelectual/docente de uma universidade do centro-oeste do país que

¹¹ O mesmo serve para a forma como se “medi” a capacidade dos intelectuais academicistas na academia. Já na sua época Max Weber tinha percepção dessa realidade e certa vez sugeriu “que todos aqueles que queriam ser acadêmicos deveriam responder à seguinte pergunta: ‘em sua consciência, você acredita que pode aguentar o fato de medíocres atrás de medíocres, anos após anos, ascendam mais que você, sem se tornar amargurado e sem sofrer um colapso?’ Ele acrescentou: ‘descobri que raros homens conseguem suportar tal situação’” (JACOBY apud VIANA, 2013, p. 67).

obrigava vossos orientandos bolsistas (eis aqui sua moeda de troca) a pagar suas contas no banco, buscar e levar seus filhos na escola, limpar seu quintal etc.... E esse não é um caso isolado. Como diria Tragtenberg, “a universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas também pelos servos que ela forma” (2004, p. 14).

A perspectiva de uma classe social se revela, dentre outras coisas, nos valores, concepções e na direção que esses apontam (conservação, reforma ou transformação da sociedade). Portanto, a perspectiva da intelectualidade se apresenta na sua concepção ideológica, no conjunto de suas metodologias, referências e ideologias dominantes na universidade. Desde a década de 1980 vem predominando nos cursos de humanas, as ideologias oriundas da *contrarrevolução cultural preventiva* expressa pelo pós-estruturalismo (pós-modernismo) e sua *essência contrarrevolucionária*. Tal corrente do pensamento, como acertadamente coloca Viana (2009), não passa de uma auto ilusão dos seus ideólogos, uma armadilha ideológica. Vejamos.

A armadilha ideológica do pós-modernismo possui duas faces. Uma delas consiste em acreditar no seu discurso. Primeiramente, o termo pós-modernismo não equivale a um conceito, isto é, não expressa nenhuma realidade concreta, pelo contrário, nesse a realidade é invertida, portanto, não passa de um constructo: uma deformação da realidade (VIANA, 2007a). Em linhas gerais, o pós-modernismo se caracteriza como uma ruptura com o modernismo, seu racionalismo e seu caráter totalizante. Isto, no fundo, é uma ficção, pois o modernismo não é um todo homogêneo, possui diversas correntes semelhantes, mas também divergentes. Sua outra face se revela na homogeneização do modernismo, para logo depois se apresentar como uma grande novidade histórica antagônica e substitutiva desse.

Na realidade, o dito pós-modernismo não superou o modernismo, mas tão somente se equivale a uma de suas tendências que se torna, em certo momento histórico, hegemônica. Como nova tendência artística ele apresenta uma novidade. No entanto, essa não é, como querem os ditos ideólogos pós-modernos, tão drástica a ponto de se apresentar como uma superação do modernismo e seus paradigmas, “o que é uma autoilusão bastante pretensiosa” (VIANA, 2009, p. 152). Deixaremos de lado a análise sobre o pós-modernismo no mundo da arte e partiremos diretamente para suas ideias no campo da filosofia e sociologia.

A origem de uma suposta época pós-moderna ou da pós-modernidade está relacionada com a tese, inaugurada no pós Segunda Guerra Mundial, que afirma a

passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial. Esse é o caso de Lyotard (1986), Daniel Bell (1977) e Alain Touraine (1970). A passagem para uma sociedade pós-industrial formaria a base social das diversas transformações culturais que comporia a pós-modernidade. A questão fundamental a se levantar aqui versa sobre o que caracteriza essencialmente a modernidade, para logo depois analisarmos que transformação essencial essa sofreu a ponto de denominarmos a “nova sociedade” como pertencendo a pós-modernidade? Nesse ponto, o próprio termo se revela um tanto quanto limitado, visto que se houvesse ocorrido uma mudança drástica essa revelaria uma *essência radical* a ponto de exigir um novo conceito definidor dessa essência e não apenas uma preposição (pós) que indica que essa sociedade é pós-aquela. O mundo capitalista, por exemplo, nunca se caracterizou por ser pós-feudal. Aqui já se encontra uma das pobreza conceituais do termo e do que ele viria a significar (VIANA, 2009).

No fundo o que ocorre no final da década de 1960 e início da década de 1970 é a passagem do regime de acumulação intensivo-extensivo (ou conjugado) para o regime de acumulação integral¹². Isso equivale dizer que o capitalismo sofreu alterações nas suas *formas* de organização das relações de trabalho (toyotismo e similares), na sua forma estatal (o neoliberalismo) e nas suas relações internacionais (marcada pelo neoimperialismo), mas não na sua *essência*, pois esse ainda se fundamenta na produção/extração de mais-valor e de toda a totalidade social envolvida na mesma.

Esse período de transição de um regime de acumulação para outro foi marcado pelo acirramento da luta de classes, visível na emergência do movimento operário revolucionário que realizou um enorme movimento grevista e de ocupação de fábricas que paralisou toda a França, bem como de diversas outras lutas e movimentos sociais, o movimento de contracultura, o movimento estudantil radical francês que passou a ocupar massivamente as ruas, a controlar alguns bairros e universidades, enfrentando duramente as forças repressivas, superando as estruturas burocrático-burguesas dos partidos políticos e sindicatos etc¹³. Deve-se destacar também, que nesse contexto efervescente diversas teorias revolucionárias – marxismo autogestionário, situacionismo, anarquismo - foram recuperadas e passaram a ganhar terreno. Em suma, o capitalismo se viu ameaçado por alguns instantes e o episódio denominado de *Maio de 68* foi revelador desse momento de

¹² Cf. (VIANA, 2009).

¹³ Cf. (VIGNA, 2008); Vídeo *Maio de 68, Rebelião estudantil e Lutas operárias*. Disponibilizado em: <http://www.youtube.com/watch?v=T26TXTB0MQE>.

radicalidade da luta de classes e crítica da sociedade burguesa em sua totalidade. Por isso ele

assume um caráter exemplar e é justamente a derrota deste movimento que marca a formação de ideologias embrionárias e passam a expressar a nova situação histórica e a passagem para um novo regime de acumulação, que necessita de novas ideologias (VIANA, 2009, p. 164).

A repressão violenta, o refluxo das lutas estudantis e operárias que ameaçaram a manutenção e a reorganização social vigente, forma o cenário que envolve o nascimento da ideologia pós- estruturalista. Essa, como uma boa ideologia que é, tem como razão de ser programar uma luta cultural que garanta ao capitalismo a regularização das relações sociais necessárias para sua reprodução. Tal programação foi realizada pela intelectualidade europeia que agora se auto intitulava pós estruturalista (antes do maio de 68 muitos desses intelectuais se denominavam estruturalistas: Foucault é um exemplo típico) e que foram os responsáveis por promover essa *contrarrevolução cultural preventiva*. Mas de que forma foi e ainda é realizada essa contrarrevolução?

Com o refluxo das lutas sociais e o retorno à “normalidade” capitalista, a classe dominante juntamente com suas classes auxiliares, iniciam uma contraofensiva cultural, na qual o papel da intelectualidade ganha um peso importantíssimo, uma vez que, na divisão social do trabalho, cabe a essa classe sistematizar uma falsa consciência da realidade. Dessa forma, após a derrota do *Maio de 68*, no mundo da produção intelectual se inicia uma batalha ideológica visando assimilar aspectos isolados e domesticados da cultura contestadora predominante nos períodos de acirramento da luta de classes:

A forma como isto foi realizado caracterizou-se, principalmente, pela retomada das temáticas anteriores (cotidiano, crítica da razão instrumental, ciência etc.) e através de sua despolitização e recusa da totalidade. Em grande parte dos casos, a crítica da razão instrumental aparece sob a forma de irracionalismo, ou seja, aparece como a crítica da razão em si, que é acompanhada por uma crítica da categoria totalidade, ou das “metas-narrativas”. A análise do cotidiano se torna moda, mas devido à recusa da totalidade, se torna descritiva ou fetichista, através do seu isolamento das demais relações sociais. É nesse momento histórico que os intelectuais estruturalistas (Foucault, Derrida, Kristeva etc.), pseudomarxistas (Toni Negri, Castoriadis etc.), entre outros, vão se metamorfoseando em pós-estruturalistas. É nesse período que surge a “História das mentalidades” no campo historiográfico francês, em substituição à geração de Braudel e da história econômica, bem como surge a micro-história, a versão italiana do pós-estruturalismo em historiografia. A terceira geração da Escola dos Annales, pós-estruturalista, assume o poder em 1969. Isso não é mera coincidência (VIANA, 2009, p. 164-165).

Com o objetivo de combater a tendência declinante da taxa de juros – crise insolúvel do capital – era necessário desacelerar a produção arrebatadora dos meios de produção, razão primordial do aumento da composição orgânica do capital, deslocando

os investimentos desses para as esferas do consumo. Para isso diversas estratégias extremamente necessárias para alavancar a acumulação capitalista foram tomadas. Dentre elas, a que mais se destaca, e nos interessa aqui, é a reprodução ampliada do mercado consumidor a partir da mercantilização da cultura. Nesse processo a produção cultural ideológica cumpre dois papéis importantes, a saber: a ampliação do mercado consumidor de publicações-mercadorias, ideias-mercadorias e a promoção de uma contrarrevolução cultural/intelectual preventiva:

A essência do pós-estruturalismo é a contrarrevolução intelectual. Essa contrarrevolução se fundamenta na autoimagem ideológica de ruptura com o modernismo, o que realiza, em parte (com algumas tendências modernistas, tal como o estruturalismo, mas ao mesmo tempo retoma elementos das abordagens aparentemente superadas), mas, principalmente, com uma oposição frontal à cultura contestadora que esteve presente no processo das lutas sociais da época, especialmente o marxismo. A ideia de abandono das metanarrativas (em termos mais exatos, da categoria dialética de totalidade), defendida por Lyotard e repetida dezenas de vezes por outros ideólogos pós-estruturalistas, tal como a condenação da teoria (Foucault, 1989; Castoriadis, 1987) não são apenas questões metodológicas ou racionais, são questões políticas. A recusa da totalidade é a porta de entrada para a despolitização das questões sociais e do cotidiano. A recusa da teoria [ou da razão em geral] é outro elemento dessa despolitização. A despolitização metodológica e intelectual – na qual o pesquisador, pensador, cientista, filósofo, etc., deve abandonar a análise totalizante, é complementada pela despolitização teórica ao pregar o abandono da teoria [por ser totalizante, como diria Foucault], que interpretaria esta totalidade na realidade concreta. Contudo, embora haja uma recusa da totalidade em geral, em algumas manifestações específicas o que ocorre é recusa da totalidade numa perspectiva dialética, ou seja, da totalidade concreta [apresentando ou não uma concepção totalizante, mesmo que metafísica]. Essa concepção de totalidade, ao contrário das concepções metafísicas e racionalistas [com a qual é muitas vezes confundida, seja por má fé ou por ignorância] remeta ao concreto e sua determinação fundamental, bem como suas múltiplas determinações (VIANA, 2012, p. 150-151).

A universidade vive hoje sob o domínio dessa contrarrevolução intelectual, pois o pós-estruturalismo tornou-se, a partir da década de 1980, a ideologia dominante nos cursos de ciências humanas. Dessa forma, a contrarrevolução cultural promovida pela intelectualidade cumpre o seu papel na luta de classes, isto é, previne a emergência de um novo ciclo de lutas políticas e culturais tal como o ocorrido no Maio de 1968. Tal prevenção é realizada através dessa essência contrarrevolucionária da ideologia pós-estruturalista.

Juntamente com a afirmação dessa ideologia contrarrevolucionária vem a “negação” da teoria revolucionária na universidade. Porém, tal negação não vem, pelo menos até então, acompanhada de uma crítica fundamentada e sistematizada ao marxismo (expressão teórica do movimento operário revolucionário, como bem demonstrou Karl Korsch). O que geralmente encontramos na universidade são pseudocríticos do

marxismo, visto que a maioria que se posiciona como sendo críticos do marxismo nem sequer conhece a fundo essa produção teórica complexa. Geralmente são mal-leitores ou não-leitores de Marx. Talvez o máximo de contato com essa teoria veio de suas vertentes deformadoras, compostas pelas várias correntes do bolchevismo. Dessa forma, percebe-se que a intelectualidade tem aversão à ideia de transformação radical da sociedade e isso é expresso por sua aversão à sistematização teórica das experiências revolucionárias do proletariado e da dinâmica da luta de classes, um dos principais fundamentos da sociedade capitalista, e que foi melhor expressado pelo marxismo.

Referências

BRAGA, L. *Terry Eagleton contra os pós-modernos – a ironia de uma crítica corrosiva*. Em: BRAGA, L. & MARQUES, E. *Intelectualidade e luta de classes*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

_____. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

KORSCH, K. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LECLERC, G. *Sociologia dos Intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2011.

_____. *A burocracia escolar*. Em: SILVA, J. et al (orgs.) *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

MAKHAÏSKI, J. W. I. *A conspiração operária*. Em: TRAGTENBERG, M. (org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

MARQUES, E. *Intelectuais e luta cultural*. Em: BRAGA, L. & MARQUES, E. *Intelectualidade e luta de classes*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

MARX, K. *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Covilhã: Lusofia, 2008.

_____. *O 18 brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *As lutas de classes na França – de 1848-1850*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. *O capital*. Vol. 01. 2ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1985.

_____. *Para a crítica da economia política – salário, preço e Lucro; o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, K. & ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global editora, 1979.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora centauro, 1984.

_____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

VIANA, N. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. *A concepção dialética do conceito*. Em: VIANA, N. *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.

_____. *A intelectualidade como classe social*. Revista espaço acadêmico, número 63, agosto de 2006. Em: www.espacoacademico.com.br/063/63esp_viana.htm Acessado em: 02/02/2014.

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *A essência contrarrevolucionária do pós-estruturalismo*. Anais do II Simpósio Nacional Marxismo Libertário, 09 a 11 de maio de 2012a, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, páginas 146-155. Em: [www.academia.edu/5228033/A Essencia Contrarrevolucionaria do Pos-Estruturalismo](http://www.academia.edu/5228033/A_Essencia_Contrarrevolucionaria_do_Pos-Estruturalismo) Acessado em: 25/04/2014.

_____. *Intelectualidade e Instituições*. Em: SILVA, J. et al (orgs.) *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

VIGNA, X. *As greves operárias de maio-junho de 1968*. Em: VIGNA, X. et al (orgs.). *Cuando obreros y estudiantes desafiaron al poder*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2008.

Resumo: O propósito fundamental desse texto é apresentar uma discussão a respeito da intelectualidade e sua perspectiva de classe a partir de uma teoria marxista das classes sociais. Para isso, um grande esforço analítico e interpretativo nos aguarda no sentido de buscar na totalidade da obra de Karl Marx (e Friedrich Engels em alguns casos¹⁴) elementos, ora explícitos, ora implícitos que nos forneça um esboço da sua teoria das classes sociais, destacando apenas alguns elementos componentes da classe social que por hora serve ao nosso propósito fundamental. A partir de então apresentaremos a intelectualidade como uma classe social, assim como sua perspectiva de *classe auxiliar* da burguesia no processo de dominação a partir da contribuição de diversos teóricos marxistas.

Palavras-chave: Divisão social do trabalho; classe social; interesse de classe; classe auxiliar.

¹⁴ Como é o caso das obras *A ideologia alemã* (1845-46) e *O Manifesto Comunista* (1848).

Resumen: El objetivo fundamental de este trabajo es presentar una discusión de la intelectualidad y su perspectiva de clase a partir de una teoría marxista de las clases sociales. Para ello, un gran esfuerzo analítico e interpretativo nos espera en la búsqueda de la totalidad de la obra de Karl Marx (y Engels en algunos casos) los elementos, a veces explícita, a veces implícita para proveernos con un esbozo de su teoría de las clases sociales, destacando sólo algunos componentes de los elementos de la clase social que por hora sirve a nuestro propósito fundamental. Desde luego vamos presentar la intelectualidad como clase social, así como su perspectiva de clase auxiliar de la burguesía en la dominación desde la contribución de muchos teóricos marxistas.

Palavras-chave: División social del trabajo; clase social; interés de clase; clase auxiliar.